

# Gatilhos populistas

É lamentável que o Presidente da República tenha, aparentemente, se preocupado mais com seus níveis de popularidade que com a capacidade do país para aumentar salários, reativando a corrida entre o que os trabalhadores recebem e a inflação. Não se pode explicar de outra forma a decisão inesperada do Governo de conceder um aumento extemporâneo de 25% aos funcionários públicos, e ainda um décimo terceiro salário.

A memória de todos ainda está fresca para as contas da União apresentadas em meados da semana, com o Tesouro exibindo um déficit de caixa de quase Cz\$ 10 bilhões. O que representa, em números e em efeitos marginais inevitáveis, o aumento concedido pelo governo aos funcionários?

Numa estimativa grosseira, só o décimo terceiro salário já significa mais da metade do déficit de caixa registrado em novembro. Em termos simples, o Tesouro terá que gerar mais receita tributária para cobrir a folha, ou emitirá papel moeda, ou, finalmente, recorrerá a empréstimos pressionando as taxas de juros, já em níveis insuportáveis para as atividades produtivas. De onde mais se irá tirar o dinheiro, posto que até hoje a administração não demonstrou a menor capacidade prática de reduzir seus gastos?

Não se deve negar aos funcionários públicos em geral, e muito menos aos que trabalham em empresas produtivas, o direito a uma boa remuneração. No entanto, ao disparar um gatilho arbitrário de aumentos que aplicará à sua própria folha, o governo se antecipou a tudo o mais. Jogou para o espaço a discussão do pacto social que articulava, onde a questão dos salários seria um item crucial, e fixou um parâmetro que terminará se aplicando às empresas privadas, até mesmo àquelas que já foram obrigadas, pelo aquecimento da economia, a conceder aumentos

voluntários em suas folhas de pagamento ao longo deste ano.

Com isto, o governo agravou os problemas das empresas, e naturalmente irá impulsionar a ciranda de salários e custos, que este país tão penosamente e com tantas esperanças vinha tentando contornar. O gatilho dos custos uma vez mais é acionado, de dentro do setor público, para fora da economia. As reverberações serão inevitáveis.

Ignorou-se qualquer compromisso com a restauração do equilíbrio nas contas públicas, que em novembro — sem contar a transferência das despesas com o financiamento de safras pelo sistema de preços mínimos para o Banco do Brasil, o que mascara o déficit real — fecharam no vermelho sem resposta para vários problemas crônicos: subsídios, transferências para Estados e Municípios ou simples desperdícios derivados da baixa produtividade da máquina pública.

Com o país em meio a uma negociação complicada com os credores externos, o Governo dispara sua generosidade para dentro de sinismo. Que sinal é esse, quando se pretende atrair capital novo para investimento a longo prazo e encaminhar uma delicada renegociação da dívida externa? Os gastos públicos são inflados na hora em que as reservas externas caem aos seus níveis mais baixos e a inflação, medida recentemente pela FIPE, em São Paulo, chega a 8% ao mês.

A austeridade quebrada nesse nível, e por ato pessoal, como parece ter sido, do próprio Presidente, abre as portas para uma catadupa de propostas populistas, impulsionadas por ambições políticas capazes de sepultar as ambições de todo o povo brasileiro por uma economia em crescimento, com níveis de inflação civilizados.